

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 6, e segunda-feira, 8 de junho de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente
 Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
 Henrique Alves de Araújo
 Roberto Muler Filho
 Roberto de Souza Ayres
 José Andreatto Filho

Página 4

O governo procura realizar neste mês uma proeza que coloca à prova a sua determinação: produzir um superávit de caixa em torno de Cr\$ 300 bilhões para cumprir a meta para o trimestre abril-junho do superávit fiscal primário — que exclui as correções monetária e cambial e os juros internos e externos — acertada com o FMI. Apertando ainda mais as cravellhas, a administração federal decidiu não pagar em junho o adiantamento do 13º salário a seus funcionários, o que será feito em ocasião mais propícia. Não é uma medida popular, mas necessária.

Desde logo, os responsáveis pela condução da política econômica admitem que não há condições de cumprir a meta fixada para o déficit operacional (descontadas as correções cambial e monetária), que não poderia ser superior a Cr\$ 11,4 trilhões no semestre. Se, porém, o País chegar perto da meta para o superávit primário, que não poderia ser inferior a Cr\$ 14 trilhões em junho, este poderia passar a ser tido como critério de desempenho, se, naturalmente, o FMI estiver de acordo.

O tema será objeto de conversações entre

Econ Brasil Confiança em um programa

o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, esperado no Rio neste final de semana. Segundo o diretor de política monetária do Banco Central, Pedro Bodin de Moraes, existiria concordância, tanto do lado brasileiro quanto do FMI, de que o superávit primário é "a variável mais importante".

Não vamos aqui entrar em discussões técnicas, cabendo-nos apenas lembrar que foi por insistência do governo brasileiro, no passado, que o Fundo Monetário passou a aceitar o conceito operacional para o déficit público (antes prevalecia o conceito nominal). Os critérios podem vir a ser aperfeiçoados e o memorando técnico que acompanha a carta de intenções prevê a substituição do resultado operacional pelo primário, o que está a depender de uma metodologia adequada.

O que nos parece mais relevante é o reconhecimento do empenho do governo brasileiro em ajustar a economia sem fugir às regras do

sistema democrático. Se governos autoritários não conseguiram cumprir acertos feitos com o FMI, embora não encontrassem óbices sérios às suas políticas econômicas, tudo se torna mais complicado quando as instituições democráticas estão em pleno funcionamento e no gozo de suas prerrogativas. O governo brasileiro aceita, por princípio, as limitações que lhe são impostas e é forçoso reconhecer que, na medida de suas possibilidades, as autoridades têm feito o que lhes cabe.

Apesar das fortes pressões, o governo mantém e amplia a política de liberdade de preços. Tem havido, sim, abusos, mas se tem procurado corrigi-los através de entendimentos setoriais. Da mesma forma, o Brasil está comprometido com uma política de liberalização de comércio exterior e vem dando andamento a ela de conformidade com o cronograma estabelecido. E, apesar de tropeços iniciais, o programa de privatização vem sendo levado adiante.

Quanto à inflação, hoje está bastante claro que, para dar-lhe combate mais efetivo, a austeridade monetária que tem pautado a ação oficial não é suficiente. A reforma fiscal já foi iniciada e terá seqüência, empregando as autoridades toda a sua força para mantê-la coerente e íntegra.

Não fora essa política definida de transformações estruturais, o País certamente não estaria hoje obtendo financiamentos e investimentos de risco do exterior, que lhe tem permitido acumular reservas da ordem de US\$ 15 bilhões. Paradoxalmente, esses resultados, que deveriam facilitar um acordo com os credores privados, o vêm prejudicando por pura cobiça de grandes bancos internacionais.

Contudo, esse volume de reservas tem uma vantagem. Ele permite ao Brasil evitar pedido de "waiver" ao FMI por não cumprimento de metas, apesar dos estrénuos esforços feitos para isso. O que o Brasil precisa agora não é do desembolso de "tranches" do financiamento previsto na carta de intenções. O aval do FMI hoje se traduz em confiança em um firme programa de ajustamento.